



RESOLUÇÃO SESA nº 348/2017

Autoriza o repasse do Fundo Estadual de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde de Foz do Iguaçu, destinado à 6ª parcela do Termo de Cooperação Técnica e Financeira nº 123/2016, cuja finalidade é normatizar, nos termos do contido no art. 1º do Decreto Estadual nº 5.582/2016, a gestão do Hospital Padre Germano Lauck, para o exercício de 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, Gestor do Sistema Único de Saúde do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 45, inciso XIV, da Lei Estadual nº 8.485, de 03 de junho de 1987, a Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado e,

- considerando a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro;
- considerando o art. 20 da Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, que estabelece que a transferência dos estados para os municípios destinados a financiar ações e serviços públicos de saúde serão realizadas diretamente aos Fundos Municipais de Saúde, de forma regular e automática em conformidade com os critérios de transferência aprovada pelo respectivo Conselho de Saúde;
- considerando a Lei nº 13.331/2001 (Código de Saúde), regulamentado pelo Decreto nº 5.711, de 23 de maio de 2002, que dispõe que os recursos alocados no Fundo Estadual de Saúde, cujo art. 49 prevê “Os recursos alocados poderão ser objeto de transferência aos Fundos Municipais de Saúde, independentemente de convênio ou instrumento congêneres”;
- considerando que no Estado do Paraná foi criado o Fundo Estadual de Saúde – FUNSAUDE (Lei nº 152 de 10/12/2012), regulamentado pelo Decreto nº 7.986, de 16 de Abril de 2013, com finalidade de “captar, gerenciar, prover e aplicar os recursos financeiros destinados ao desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde”, cuja gestão compete ao Secretário de Estado da Saúde devendo autorizar de forma expressa e individualmente a execução de despesas referentes a ações e serviços de saúde com recursos do FUNSAUDE;
- considerando o que dispõe o art. 17 da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990: “À Direção Estadual do Sistema Único de Saúde”, em seu Item III – “compete buscar apoio técnico e financeiro aos Municípios e executar supletivamente ações e serviços de saúde”;
- considerando o Decreto Estadual nº 5.582/2016, que autoriza a Secretaria de Estado da Saúde viabilizar a assunção da gestão do Hospital Municipal Padre Germano Lauck;
- considerando o Decreto Municipal de Foz do Iguaçu nº 24.967/2016 repristinado pelo Decreto Municipal de Foz do Iguaçu nº 25.010/2016, que dispõe sobre a intervenção



- administrativa no Hospital Padre Germano Lauck;
- considerando a Resolução SESA nº 477/2016 que dispõe sobre a formação, designação e atribuições à Comissão Administrativa de Intervenção.

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar o repasse financeiro no valor de **RS 6.370.000,00 (seis milhões, trezentos e setenta mil reais)** referente à sexta parcela do Termo de Cooperação Técnica e Financeira nº 123/2016 entre a Secretaria de Estado da Saúde/ Fundo Estadual de Saúde e o Fundo Municipal de Foz do Iguaçu, **cuja finalidade é normatizar, nos termos do contido no art. 1º do Decreto Estadual nº 5.582/2016, a gestão do Hospital Municipal Padre Germano Lauck, de modo a impedir a interrupção dos serviços prestados pela unidade hospitalar e manter os serviços essenciais de saúde no âmbito do SUS, conforme detalhado no Anexo I desta Resolução.**

Art. 2º - A utilização dos recursos financeiros deverá atender as exigências legais concernentes à licitação a que estão sujeitas todas as despesas da Administração Pública.

Parágrafo Único - A documentação administrativa e fiscal deverá ser mantida em arquivo pelo período mínimo legal exigido.

Art. 3º - Os recursos transferidos serão movimentados sob a fiscalização do respectivo Conselho de Saúde, sem prejuízo da fiscalização exercida pelos órgãos do Sistema de Controle Interno e Externo.

Art. 4º - As ações e serviços públicos de saúde a serem executadas pelos municípios deverão estar em consonância com todos os instrumentos de planejamento, (Plano Plurianual – PPA, Plano Municipal de Saúde, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e Programação Anual de Saúde), assim como o demonstrativo do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, a serem apresentados aos respectivos Conselhos Municipais de Saúde, conforme os prazos previstos na Lei Complementar nº 141/2012, de 13 de Janeiro de 2012.

Art. 5º - A comprovação da aplicação dos recursos transferidos será analisada com base no Relatório de Gestão. Os Municípios deverão comprovar a observância do envio do Relatório de Gestão ao respectivo Conselho de Saúde, até o dia 30 de março do ano seguinte ao da execução financeira, cabendo ao Conselho emitir parecer conclusivo no Sistema SargSus sobre o cumprimento ou não das normas estatuídas na Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, ao qual será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.

Art. 6º - Poderá a qualquer momento a Secretaria de Estado da Saúde por meio do Controle Interno em parceria com o Fundo Estadual de Saúde, Gestor dos recursos financeiros destinado a ações e serviços públicos de saúde, fazer a verificação “in loco”.



Caso haja comprovado quaisquer irregularidades estará o responsável sujeito às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992 – Agentes Públicos Improbidade Administrativa.

Art. 7º - As transferências de que trata esta Resolução serão suspensas aos municípios habilitados quando:

- I. Constatado durante a vigência do programa, o descumprimento do disposto no parágrafo terceiro do Decreto Estadual nº 7.986/2013;
- II. Ocorrer qualquer desvio de finalidade ao programa.

Art. 8º - Os recursos orçamentários objeto desta Resolução correrão por conta do orçamento da Secretaria de Estado da Saúde, devendo onerar os seguintes Programas: Saúde para todo o Paraná.

- I. Iniciativa: 4159 – Gestão das Redes.
- II. Elemento de Despesa: CUSTEIO – 3341.4120
- III. Fonte: 100 – Tesouro do Estado

Art. 9º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de junho de 2017.



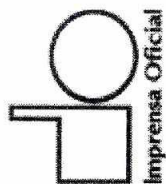
Michele Caputo Neto
Secretário de Estado da Saúde



Anexo I da Resolução SESA nº 348/2017

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/ FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE E O FUNDO MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU

Nº PARCELA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	CNPJ	VALOR PARCELA (R\$)	DADOS BANCÁRIOS		
				BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE
6ª	Foz do Iguaçu	10.573.693/0001-65	6.370.000,00	BANCO DO BRASIL - 001	0140	91.830-X



Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná - DIOE

Protocolo **51342/2017**

Título Resolução SESA nº 348/2017

Órgão SESA - Secretaria de Estado da Saúde


Depositário RAQUEL STEIMBACH BURGEL

E-mail RAQUEL@SESA.PR.GOV.BR


Enviada em 12/06/2017 10:16

 **Diário Oficial Executivo** Secretaria da Saúde

◆ Resolução-EX (Gratuita)

 348.17.rtf
141,77 KB

Data de publicação

 13/06/2017 Terça-feira

Gratuita

 Diagramada12/06/17
11:21Nº da Edição do
Diário: 9965[Histórico](#)**TRIAGEM REALIZADA**